

O queijo, a faca e a responsabilidade

O segundo turno das eleições para governador em 12 Estados, no próximo domingo, vai dar melhor visibilidade ao que será o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, tanto do ponto de vista político como da arrumação econômica. A escolha dos governadores dos maiores Estados dará o peso dos partidos políticos e de suas correntes na composição do ministério. O fim do suspense permitirá, também, que o Palácio do Planalto revele à sociedade e ao Congresso todo o peso do ajuste fiscal e nomeie quem vai pagar a conta.

Até domingo, estão mais ou menos represadas as piores notícias sobre cortes de gastos e aumento nas receitas públicas. Há eleições disputadíssimas, nas quais o governo federal pode ganhar ou perder um aliado, dependendo da sensibilidade do eleitor a tal ou qual medida. Do pouco que transpirou para os agentes políticos nos últimos dias e já está sendo narrado aos senhores das finanças globais em Washington, é possível deduzir que boa parte da conta será apresentada aos candidatos vencedores das eleições de domingo, os mesmos que tanto se esforçam para manter o assunto sob uma cortina de silêncio.

A base do esforço está concentrada no resultado das contas públicas no primeiro ano do segundo mandato. Trata-se de conseguir uma bolada de R\$ 25 bilhões. Com o aumento da CPMF, de 0,2% para 0,3%, deve-se chegar a uma arrecadação de mais R\$ 4 bilhões. Há pouco espaço para aumentar receitas, acima disso, sem fazer crescer a clandestinidade da economia. Da máquina pública, é possível ainda cortar-se alguma coisa, nada fantástico, dado o grau de engessamento do Orçamento da União, que determina transferências compulsórias para outras esferas administrativas.

O governo dispõe com liberdade de 20% do Orçamento e deseja dobrar esta parcela, na renova-

ção, pelo Congresso, do Fundo de Estabilização Fiscal, o FEF. Por esse caminho, será possível cortar a torneira de recursos para investimentos em obras de interesse dos Estados e municípios, em última análise, da população. Se conseguir este instrumento, Fernando Henrique precisará de determinação política para selecionar os programas que irão para a gaveta. Tem o queijo, terá a faca e a responsabilidade de usá-la.

Há um profundo descontrole das contas na maioria dos Estados e municípios, agravado pela baixo grau de realismo na partilha dos recursos e dos gastos com as instâncias locais do Legislativo e do Judiciário. Disso deve cuidar a reforma da Lei de Finanças Públicas, mas esta é a parte do ajuste que os técnicos chamam de estrutural: depende

de complicadas votações no Congresso e só dará frutos quando a árvore crescer. No futuro, se tivermos boa lei, talvez os aventureiros desistam de governar Estados e cidades sujeitos à regra universal de que não há almoço grátis.

Como Fernando Henrique vai governar o Brasil que o elegeu, não aquele que os legisladores e economistas planejam, conclui-se que o principal instrumento do ajuste será a gestão dos recursos federais. O presi-

dente terá de fazer cara feia para os amigos e executar os inadimplentes, cobrando garantias como a parcela do Fundo de Participação dos Estados e Municípios e até retendo o ICMS arrecadado pelos governadores.

Haverá, claro, um bocado de maldades no saco do ajuste, além de previsível corte nos incentivos regionais e setoriais, medida de proibidíssimo anúncio antes das eleições e que, mesmo depois delas, enfrentará resistências no Congresso. O fundamental, no entanto, será a capacidade do presidente e de sua equipe para usar o bisturi. Os líderes consultados até o momento rendem-se à lógica da faca. Esperam, apenas, que não seja cega.



■ Ricardo Amaral é jornalista

**Ajuste
vai depender
da capacidade
do governo para
usar instrumentos
de corte**